



Os desafios da política externa do novo governo

André Luiz Reis da Silva*

As eleições deste ano foram marcadas pela disputa aguda de projetos políticos diferenciados, em muitos casos antagônicos. Embora a política externa brasileira não figure como tema central nos assuntos eleitorais, estavam em pauta posicionamentos sobre as escolhas e prioridades nessa área que impactam diretamente na vida nacional. Ao descer do palanque eleitoral e subir a rampa do Planalto, o novo presidente encontrará o duro jogo das Relações Internacionais, que não permite a completa expressão da vontade partidária ou ideológica. Os desafios são enormes, e uma estratégia inadequada para a política externa pode causar danos irreparáveis e retrocessos com alto custo para o país, seja econômico, seja securitário, seja social.

Inúmeros desafios constam na agenda internacional do Brasil: as grandes rodadas de negociação comercial, os desafios para garantir a segurança da nossa “Amazônia Verde” e da nossa “Amazônia Azul”, as transformações tecnológicas, os efeitos da crise econômica global, o fortalecimento das organizações internacionais, a cooperação para o desenvolvimento da base tecnológica brasileira, a defesa da soberania em relação ao pré-sal, o assédio das potências extrarregionais em nosso entorno estratégico (América do Sul e Atlântico Sul), entre tantos outros temas.

Muitas dessas questões dependem do multilateralismo. A atuação brasileira nos fóruns multilaterais na primeira década do século XXI foi baseada em uma interpretação da difusão de poder no sistema internacional, com tendências multipolares, utilizando intensamente variadas articulações para defender os interesses estratégicos brasileiros como forma de contrabalançar o poder hegemônico das grandes potências. Assim tem sido em organizações como a ONU e a OMC, mesmo diante de certa paralisia que tem marcado tais instituições multilaterais. Essas são arenas nas quais o Brasil sempre se movimentou bem, dado seu histórico e também suas condições estruturais como potência intermediária.

Já as relações com os Estados Unidos e a China constituem duas variáveis que poderão influir nas decisões e no posicionamento do Brasil nos próximos anos, dado seus respectivos pesos econômicos e geopolíticos. O governo Trump ainda não desenvolveu uma política clara para América do Sul, mas é de se cogitar um aumento da pressão sobre a região num futuro próximo. Ao contrário do que se pode imaginar, um país de posição intermediária como o Brasil não pode simplesmente se transformar em aliado incondicional de uma grande potência, sob o risco de perda maior de autonomia decisória. As experiências mais marcantes de alinhamento automático aos Estados Unidos (governos Dutra, Castelo Branco e Collor) mostraram os magros resultados e decepções desta estratégia equivocada.

Por outro lado, projetos globais da China merecem atenção do Brasil, pelos desafios, ameaças e oportunidades apresentados. Os chineses, que se fazem cada vez mais presentes na América do Sul e na África – nosso entorno estratégico – exigirão um esforço diplomático adicional,

já que uma posição de enfrentamento ou subordinação poderá dificultar ainda mais a saída da crise brasileira. Assim, a crescente presença chinesa e a retomada da ofensiva comercial dos EUA são desafios que precisam ser discutidos no âmbito do Mercosul. Uma redução unilateral de tarifas também não é estratégia adequada, pois retira do Brasil capacidade negociadora. A União Europeia por sua vez, embora parceira estratégica, ainda não ofereceu um bom acordo de comércio para o Mercosul. Por esses motivos, é importante retomar a relevância do mercado comum como espaço de inserção internacional do Brasil. Isso significa trabalhar para evitar o superávit com os vizinhos e garantir o comércio qualificado (para onde de fato vai boa parte das nossas exportações industriais). Embora pareça contraintuitivo, esta é a estratégia esperada de uma liderança de processo de integração de longo prazo.

As relações bilaterais nos últimos anos tiveram uma mudança de enfoque, com a bem-sucedida aproximação entre África do Sul, Índia, China e Rússia, formando os BRICS. Ao reforçar suas alianças com

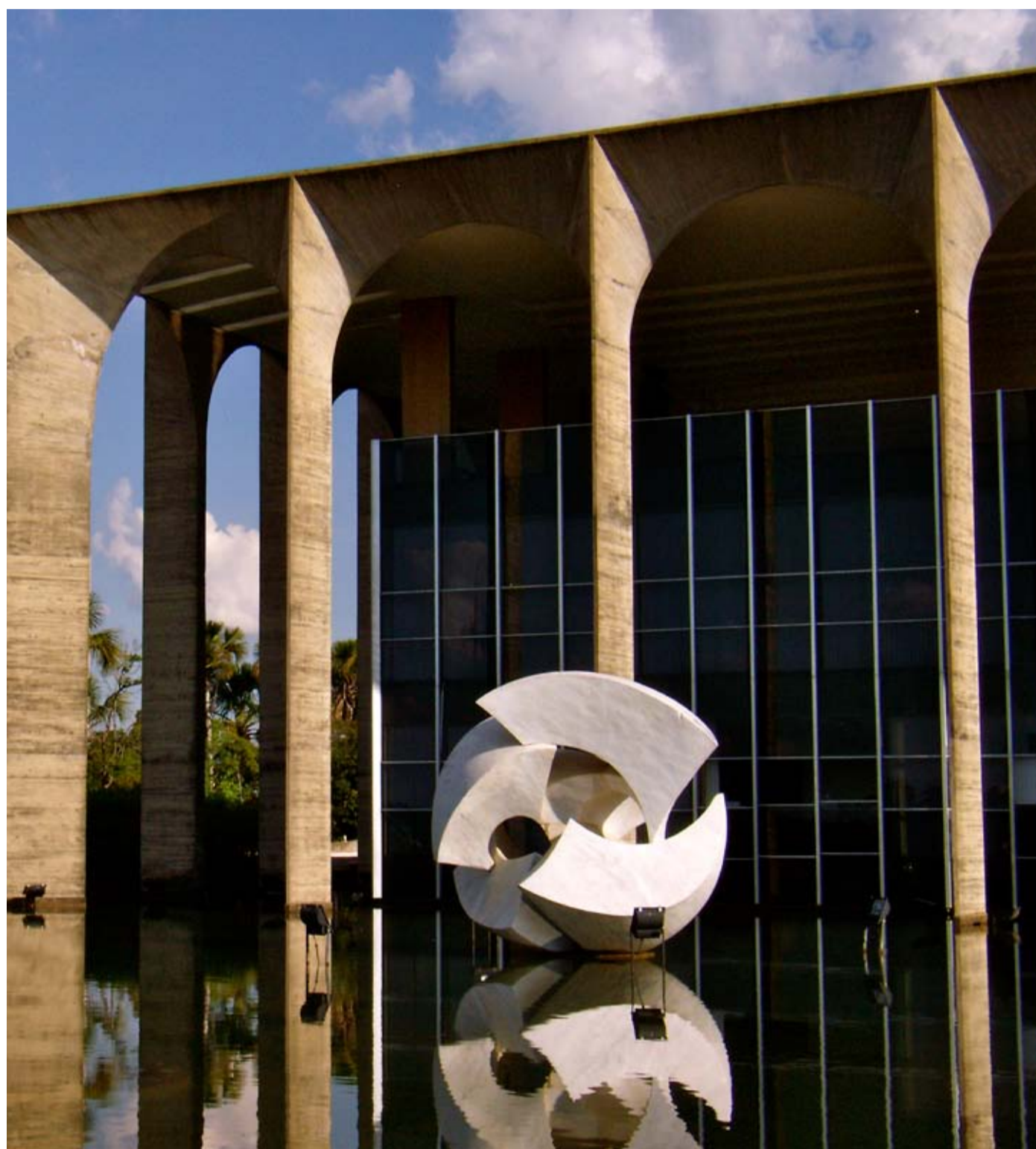
nações em desenvolvimento que defendem a multipolaridade, o Brasil aumenta sua autonomia e capacidade de barganha. Um eventual desengajamento, associado à diminuição da cooperação Sul-Sul, reduziria a presença internacional do Brasil, deixando os países emergentes sem um importante aliado. Da mesma forma, as expectativas e os resultados alcançados diplomaticamente na África não permitem recuo, semelhante ao que ocorreu nos anos 1990. A cada retrocesso brasileiro em importantes regiões africanas, avançam outros países.

Por último, o cenário do Oriente Médio também exigirá do Brasil atuação mais assertiva. A posição diante da questão Palestina versus Israel merece um tratamento atento, que evite manobras com potencial desestabilizador para o Brasil e para o delicado conflito. Uma manobra imprudente de transferência de embaixada poderá prejudicar a inserção brasileira na região por décadas. Já em relação ao petróleo, o duplo papel do Brasil como produtor-consumidor e importador-exportador impõe uma agenda cruzada, com significativos reflexos na atuação diplomática para apoio

a esse setor estratégico. Nesse contexto, a diplomacia brasileira precisa garantir à Petrobras a defesa da nossa soberania.

Enfim, na primeira década do século XXI, o país fortaleceu seus ativos diplomáticos nas várias esferas, mas esse esforço vem sendo consumido lentamente nos últimos anos. O Brasil, como uma potência regional e intermediária, precisa ter política externa compatível com suas capacidades. Dessa forma, a diplomacia do novo governo não deveria indicar um desmonte de construções realizadas nas últimas décadas para assumir estratégias ultrapassadas, como se estivéssemos no tempo da Guerra Fria. Esse caminho, se confirmado, provocaria um perigoso desengajamento estratégico. O momento internacional apresenta desafios complexos que não comportam soluções simplistas, alinhamentos subordinados, manobras descuidadas, tampouco discurso diplomático estilo “redes sociais”. É o destino de uma nação que está em jogo.

*Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS



UNIMA.UU - LICENÇA CC BY-NC 2.0